



**PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
OUVIDORIA AGRÁRIA**

Comissão Permanente de Monitoramento, Estudo e Assessoramento das Questões Ligadas a Grilagem  
(Portaria nº 271/2007-GP) E-mail: [ouvidoria.agraria@tjpa.jus.br](mailto:ouvidoria.agraria@tjpa.jus.br) (funcional)/ [ouvidoriaagraria.pa@gmail.com](mailto:ouvidoriaagraria.pa@gmail.com) (alternativo)

**ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO PERMANENTE DE MONITORAMENTO, ESTUDO E ASSESSORAMENTO DAS QUESTÕES LIGADAS À GRILAGEM (CPMEAQLG), REALIZADA NO DIA 12 DE JUNHO DE 2015, ÀS 11:00 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES DA OUVIDORIA AGRÁRIA DO TJE, ONDE ESTIVERAM PRESENTES: O PRESIDENTE DA COMISSÃO, DESEMBARGADOR OTÁVIO MARCELINO MACIEL; DRS. ANTONIO ALBERTO DA COSTA PIMENTEL E SANDY RODRIGUES FAIDHERE, REPRESENTANTES DA SDDH; PADRE PAULO JOANIL- REPRESENTANTE DA COMISSÃO PASTORAL DA TERRA; DR. MARCIO VASCONCELOS, REPRESENTANTE DA PGE; DR. ROSSIVAGNER SANTANA SANTOS, REPRESENTANTE DA DEFENSORIA PÚBLICA; DRA YONE NAKAMURA, REPRESENTANTE DO MINISTERIO PUBLICO ESTADUAL; DR. ALDENOR GONCALVES DO NASCIMENTO, REPRESENTANTE DO ITERPA; SR. LUIZ BEZERRA DA SILVA, OFICIAL DO CARTORIO DE SÃO FELIX DO XINGU, REPRESENTANDO O DR. ADHEMAR TORRES DA ANOREG; AUSENCIAS JUSTIFICADAS DOS DRS. IBRAHIM JOSE DAS MERCES ROCHA, REPRESENTANTE DA OAB/PA, DR. GIROLAMO DOMENICO TRECCANI, REPRESENTANTE DA FETAGRI; DRA. CAROLINE BASTOS DO AMARANTO, REPRESENTANTE DO INCRA; OS DEMAIS REPRESENTANTES NÃO COMPARECERAM APESAR DE DEVIDAMENTE NOTIFICADOS POR E-MAIL. OS QUE AQUI COMPARECERAM ASSINARAM A LISTA DE PRESENÇA QUE É PARTE INTEGRANTE DESTA ATA.**

**PAUTA:** 1- *Relatório da Comissão sobre as demandas de Jose Maria Tabarana da Costa e Ailda Raimunda Maia da Costa, ref. Matrículas fraudulentas de posse do GRUPO AGROPALMA;* 2- *Compilamento das alterações realizadas na minuta do Prov. nº 33/2013-CNJ, realizadas pela Assessoria do Iterpa;* 3- *Atualizações das ACP's objetivando o cancelamento da matrícula irregular;* 4- *O que ocorrer;*

O Presidente da Comissão abriu a reunião agradecendo a presença dos representantes, em seguida foi feita a leitura da pauta, onde foram discorridos o que segue:

**1- Relatório da Comissão sobre as demandas de Jose Maria Tabarana da Costa e Ailda Raimunda Maia da Costa, ref. Matrículas fraudulentas de posse do GRUPO AGROPALMA:** O item restou prejudicado em razão da ausência dos membros da sub comissão constituída para elaborar o relatório sobre o caso em tela, assim sendo o ponto foi retirado de pauta uma vez que os membros que compõem a referida Comissão formada pelos Drs. Ibrahim Rocha (OAB/PA), Aldenor Nascimento (ITERPA), Ademar Torres (ANOREG) e Girolamo Treccani (FETAGRI) sob a relatoria do Dr. FABRICIO CARDOSO FARIAS, Secretário da Comissão de Direito Agrário da OAB, não concluíram o relatório final, sendo informado à Secretária da CPMEAQLG, que será apresentado na próxima reunião;



**PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
OUVIDORIA AGRÁRIA**

Comissão Permanente de Monitoramento, Estudo e Assessoramento das Questões Ligadas a Grilagem  
(Portaria nº 271/2007-GP) E-mail: [ouvidoria.agraria@tjpa.jus.br](mailto:ouvidoria.agraria@tjpa.jus.br) (funcional)/ [ouvidoriaagraria.pa@gmail.com](mailto:ouvidoriaagraria.pa@gmail.com) (alternativo)

**2 - Compilamento das alterações realizadas no Provimento 33/2013-CNJ realizadas junto ao Iterpa;** O representante da PGE informou que articulará com a assessoria do Iterpa para se posicionarem sobre a redação das alterações e que na próxima reunião o assunto será colocado em mesa para conhecimento de todos;

**3 – Atualizações da PGE das ACP's que ajuizou, objetivando o cancelamento da matrícula irregular:** O Dr. Márcio Vasconcelos, Procurador da PGE, quem está encarregado de atualizar os andamentos das ACPs ajuizadas pela Procuradoria, comunica que a última atualização foram entregues para as duas Secretárias desta Comissão e que a partir de agora na véspera de toda reunião será atualizado o andamento de todas as ACPs, caso exista. Além disso informou que está especializando uma a uma, por hectares. Após os assuntos pautados, os membros da Comissão passaram a tecer comentários referentes a assuntos de interesses da Comissão.

**4- O que ocorrer:** 1- O Dr. Márcio Vasconcelos da PGE, informou que pessoas que se sentiram lesadas pelo provimento e cancelamento e bloqueios de matrículas, ajuizaram uma demanda judicial contra o Estado do Pará, requerendo danos materiais no valor de R\$ 30.000.00 (trinta milhões de reais), Processo nº 0011224-16.2015.814.0301 – Autor: CONSTRUTORA E INCORPORADORA COSTA MACHADO LTDA E OUTROS, em tramitação na 1ª Vara da Fazenda de Belem. Em seguida, o Dr. Márcio, informou ainda, que a Ministro Rosa Weber, concedeu liminar em MS em favor de uma empresa para que não seja aplicado o Provimento de cancelamento e bloqueio de matrícula, no entanto, manteve o bloqueio, ficou de informar o número do Processo e o nome das partes. 2- O padre Joanil apresentou expediente denunciando grilagem de terras no Município de Chaves onde agricultores estão sofrendo pressão e ações movidas por uma cidadã que diz ter documentos que informar que o local onde residem os ribeirinhos são de sua propriedade e que estes estão passando por dificuldades de sobrevivência eis que estão impedidos de tirar o açaí e pescar no rio, requereu providências da Comissão que ficou de agendar uma reunião pública se possível com o Ouvidor Agrário Nacional que virá a Belém nos próximos dias, bem com os membros da Comissão e a participação do SPU /AGU, e a CNCVC na referida reunião. A SDDH sugeriu a realização de inspeção *in loco*. Todos cientes ficaram de tomar providências objetivando dar uma solução sobre o caso em comento. 3- O Procurador da PGE comentou os efeitos positivos nas demandas judiciais finalizadas, no entanto,



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ**  
**OUVIDORIA AGRÁRIA**

**Comissão Permanente de Monitoramento, Estudo e Assessoramento das Questões Ligadas a Grilagem**  
(Portaria nº 271/2007-GP) E-mail: [ouvidoria.agraria@tjpa.jus.br](mailto:ouvidoria.agraria@tjpa.jus.br) (funcional)/ [ouvidoriaagraria.pa@gmail.com](mailto:ouvidoriaagraria.pa@gmail.com) (alternativo)

quando vai para o Iterpa, não ocorre a arrecadação por falta de estrutura do órgão. Sobre o assunto a Comissão fará gestão junto ao governo do Estado para que viabilize o mais rápido possível o decreto de desapropriação do imóvel onde será instalada a nova sede do ITERPA haja vista que a atual sede não possui condições mínimas de comportar as atuais atividades do mencionado instituto, dentre as quais o andamento dos processos de regularização fundiária, o que prejudica o desenvolvimento socioeconômico do Estado, este fato, foi mencionado, resultou na abertura de um inquérito civil pelo Ministério Público do Estado com o objetivo de apurar as razões da deficiências estruturais de funcionamento do Órgão. Além disso a Comissão requer medidas de estruturação do Iterpa para maior efetividade dos processos de arrecadação e regularização fundiária. Foi mencionado ainda, que o Ouvidor Agrário Nacional, Dr. Gercino Filho já havia solicitado ao Governo do Estado uma sede para o ITERPA, a Comissão ficou de oficiar o Governo do Estado sobre a possibilidade de agilizar o processo de desapropriação da sede. 4- Por fim, foi comentado o ofício formulado pelo Prof. Girolamo Tancredi, tendo o Dr. Rossivagner informado que está totalmente de acordo com o teor do documento a ser remetido à Presidência do TJE, feito apenas uma alteração, tendo a concordância de todos. Os membros da Comissão que não tiveram oportunidade de ler o referido Ofício e quiserem se manifestar, ficaram de responder por e-mail o mais rápido possível a fim de dar prosseguimento ao pedido. Acordaram e ficaram cientes de que a próxima reunião da Comissão será realizada no dia **07/08/2015 as 11h**. Nada mais havendo, deu-se este termo por encerrado que vai por todos assinado. Eu, -----Maria Adelaide Cardoso Trindade, servindo como Secretária da Comissão, digitei e conferi.

  
Desembargador OTÁVIO MARCELINO MACIEL  
Presidente da CPMEAQLG



PODER JUDICIÁRIO  
OUVIDORIA AGRÁRIA  
COMISSÃO PERMANENTE DE MONITORAMENTO, ESTUDO E ACESSORAMENTO DAS  
QUESTÕES LIGADAS A GRILAGEM

**REUNIÃO DA CPMEAQLG**  
**12/06/2015**

REPRESENTANTE	ORGÃO
1 Sandy Faidly	SDDM
J. Paulo Joazeir da Silva ROSSIVAGNER SANTANA SANTOS	RPT / PA DEFENSORIA - PA.
MARCIO MOITA VASCONCELOS	PGE/PA.
Antonio Alberto C. Pinheiro	SDDM.
Liziane de Sil	ANOREG/PA
Milton Naranjo	ITERPA/OUVIDORIA
Jose Mirza de N. Naranjo	Ministério Público

## RELATÓRIO FINAL

Aos 09 dias do mês de junho do respectivo ano às 17h:15 se fizeram presentes 5 pessoas da comunidade Santa Rosa na Ilha Caviana deste município de Chaves. Nesta localidade moram aproximadamente 12 famílias e as mesmas nasceram na localidade e hoje já são adultos, moram na mesma desde 1945. Estas pessoas estão sendo ameaçados em serem despojados de suas casas e de suas terras por uma senhora que nunca havia morado no lugar e a pouco tempo que chegou, mas aproximadamente 06 meses, se diz ser a dona das terras, esta senhora se chama Ercília Melo que diz ter documentos da terra.

Esta senhora os ameaça sempre, já dividiu as terras até com eles dentro e as suas próprias casas foram dadas para outros. Essas pessoas não tem para onde ir, não podem mais pescar, caçar, fazer roças, porque ela os proibiu, mas desde o tempo que eles moram em cima desta terra, foram eles que fizeram a limpeza de toda a área, que por sinal é muito grande, eles cavaram pequenos igarapés para que a água pudesse chegar até vila. Esses pequenos igarapés foram cavados a enchadas e a terçados, ou seja, toda a comunidade se reuniu fazer as limpezas da área para fazer suas roças e plantações e criações, assim como também os pequenos igarapés e essa senhora pega tudo pronto e quer botar para fora essas pessoas. A mesma disse aos moradores a irem procurar seus direitos e acrescentou: “ se tiverem”. Essas pessoas são simples, não tem onde morar.

Outro ponto gravante está sendo na Ilha Cavianinha, mas precisamente no Rio Cavinete. As pessoas nasceram em cima das terras e os fazendeiros dizem que as terras são deles e querem por força tirar essas pessoas que aí nasceram, mostram documentos falsos e ameaçam essas pessoas que não tem para onde ir. Um sr. Conhecido como Naldo é quem está fazendo uma maior briga pelas terras, de modo que ele aí não tem nada e o mais triste é que aí neste rio, tem uma base da Marinha brasileira e não fazem nada com relação a isso. Essas pessoas são proibidas, de caçar seus alimentos, tirar açaí, fazer suas plantações, suas roças e pegar seus peixes. São proibidas por esse fazendeiro.

Outras perseguições está na Ilha Caviana em todos os lugares muitas pessoas não podem mexer em nada nas suas terras, o próprio Juiz os proibiu de mexer, ou seja, em fazer alguma coisa nas terras como construções, plantações, etc..., mas as pessoas que se dizem “donas” estão explorando as terras, acabando até com as plantações que foram feitas pelas pessoas que aí moram. Até o Marido da prefeita o Sr. Jurandi Lobato é uma das pessoas que estão querendo tomar as terras das famílias do Rio Jaranduba e outras. Chegaram a mandar policiais derrubarem as casas das pessoas afirmado que as terras eram dele, os policiais já estavam jogando os paus no chão desmanchando as casas quando os moradores chegaram e impediram que isso acontecesse, segundo os policiais foi por ordem do Juiz local Dr. Leonel, mas eles não tinham nem um documento que provasse o mandato expedido pelo juiz para ação.

A população local reagiu e não deixaram com que suas casas fossem derrubadas e disseram que estavam dispostos a morrerem para protegerem o que são seus, as mesmas palavras estão sendo ditas nas outras localidades, onde as invasões estão acontecendo.

Outro ponto são as mortes que aconteceram que até os dias de hoje estão impunes, no dia 10 de dezembro de 2013 aproximadamente às 19h:00 da noite assassinaram o sr. Adolfo em sua própria casa, na frende de toda a sua família com um tiro nas costas, uma forma cruel e maneira que mataram a este senhor de aproximadamente 70 anos e acima de tudo sem um de seus membros, ele não tinha seu braço direito. Depois que isso aconteceu até os dias de hoje não se fez nada e não se sabe se irão fazer. Tudo indica que a morte de senhor foi por causa de suas terras, porque nela havia muitas plantações de açaí, depois de sua morte, entraram na área e já tiraram quase todos os plântulos.

Chaves, 09 de junho de 2015.

Pe. Glauciney Pinheiro Dias  
Pároco